

Um passo adiante

JOSÉ CARLOS CORRÊA

A efetiva implantação da Região Metropolitana da Grande Vitória deu um passo adiante com o envio à Assembléia, pelo governador em exercício Lelo Coimbra, do projeto de lei que cria o Fundo Metropolitano de Desenvolvimento da Grande Vitória e dá novas atribuições ao Conselho de que vai deliberar sobre os projetos que serão implantados em nível metropolitano. O projeto de lei incorpora a grande maioria das propostas apresentadas pelo Projeto Agenda Metropolitana realizado no ano passado pela Associação dos Vereadores da Grande Vitória com o apoio das Câmaras de Vitória e Serra, CVRD, Belgo, Setpes e Rede Gazeta. Tais propostas foram validadas em fóruns realizados nos municípios da região após diagnósticos preparados por especialistas, o que garantiu um conteúdo de qualidade repaldado pela comunidade.

As alterações feitas pelo Governo do Estado em relação às propostas do Agenda Metropolitana não afetam o seu conteúdo. O Governo preferiu evitar a criação de um novo órgão, a Agência Metropolitana, situando o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano no âmbito da Secretaria da Casa Civil e entregando a secretaria do Conselho ao Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves, o Ipes. Nada que prejudique o seu funcionamento,

até porque o Ipes demonstra condições de exercer bem esse papel, tendo sido uma importante peça na realização da Conferência das Cidades.

O Governo mostrou, assim, a sua disposição de transformar em realidade o sonho, que já completou 35 anos, de integrar políticas e ações capazes de atacar de frente problemas que só têm solução se tratados regionalmente como a violência, o trânsito congestionado, as deficiências de saneamento, destinação do lixo e assistência à saúde, e a desigualdade na qualidade dos serviços públicos de cidades cujos limites já desapareceram na prática há muito tempo.

Mas, apesar dessa necessidade ser evidente, há obstáculos a serem transpostos. Como ensina o professor Roberto Simões "o tempo da política é o mais demorado para mudar" e, por isso, "a política está aquém das mudanças".

Cresce, então, a responsabilidade da Assembléia Legislativa a quem cabe apreciar a matéria com os olhos voltados para o interesse da coletividade sem se deixar levar por interesses menores dos que só pensam no curto prazo das eleições. Aliás, foi por causa desses interesses menores que até hoje a Região Metropolitana não saiu do campo das intenções.



JOSÉ CARLOS CORRÊA - jornalista -
escreve nesta coluna aos sábados